

Apoio ao plano para importações

RIO
AGÊNCIA ESTADO

Os participantes do debate sobre a dívida externa no II Encontro dos Economistas do Rio de Janeiro — o ex-ministro Celso Furtado, o ex-presidente do Banco Central Paulo Lira e o chefe da assessoria econômica do Ministério do Planejamento, Paulo Nogueira Batista Júnior — foram unânimes em apoiar a proposta do ministro João Sayad na sua exposição de ontem ao Congresso, no sentido de reduzir o superávit comercial brasileiro pelo aumento seletivo das importações, como forma de reduzir a transferência líquida de recursos ao Exterior.

Ao analisar o problema da dívida externa, o ex-ministro Celso Furtado — indicado como representante do Brasil junto à Comunidade Econômica Européia — destacou que hoje a dívida externa acumulada do Brasil representa 40% da renda nacional, e o acréscimo sistemático de juros a essa dívida, da ordem de 10% ao ano, simplesmente anula todos os esforços de crescimento não só do Brasil como de outros países. Celso Furtado defendeu a necessidade de iniciativa política dos países devedores no quadro atual, que considera favorável à negociação. "A solução só pode surgir se os países devedores saírem do imobilismo e derem um passo à frente", disse Furtado. "O caso do Brasil não é muito diferente de outros países da América Latina, cuja economia foi toda ajustada para gerar exportações e financiar a transferência líquida de recursos próprios ao Exterior."

O economista destacou que o atual nível de importações do Brasil é insuficiente para garantir uma recuperação da economia e que o País terá de agir no sentido de aumentá-lo.

O chefe da assessoria econômica do ministro João Sayad, Paulo Nogueira Batista Júnior, explicou que a redução voluntária do superávit comercial brasileiro — que representa uma mudança profunda no modelo exportador adotado até agora — diminuiria a transferência de recursos ao Exterior por conta dos pagamentos de juros e seria compensada pelo fortalecimento na posição das reservas cambiais brasileiras, que deverão ficar ao nível de US\$ 8,5 bilhões — ou seja, US\$ 1 bilhão a mais do que a posição de dezembro de 1984.

Depois de historiar a situação em que a Nova República encontrou as negociações com os credores, incluindo a minuta de acordo com o FMI, que previa o pagamento de US\$ 64 bilhões de juros de 1985 a 1991, Paulo Nogueira disse que atualmen-

te "as negociações com o FMI estão semiparalisadas, porque as conversações com o Fundo ocorreram de forma mais lenta do que se esperava". E destacou que o poder atual de barganha do Brasil é muito maior graças à boa posição das reservas, "embora ainda insuficiente", ao superávit comercial elevado e a um cenário internacional favorável ao Brasil, ao contrário do que ocorre com o México. "Temos informações ainda não confirmadas do acordo com o FMI e a pedir financiamento dos juros", disse.

Nogueira Batista advertiu que, por causa da pressão da dívida externa, o nível de investimentos brasileiro caiu de 30% do PIB na década passada para menos de 15% atualmente, enquanto 25% da poupança bruta e 40% das exportações são absorvidas pela dívida, o que limita a capacidade de manobra da economia brasileira e de uma retomada sustentada do crescimento. "Se nos contentarmos com menos, a década de 80 estará perdida", advertiu.

PAULO LIRA

A retirada "temporária e parcial" do Brasil do sistema financeiro internacional foi defendida ontem pelo ex-presidente do Banco Central, Paulo Lira, como parte de uma estratégia de negociação com os credores do Brasil, retomada ao desenvolvimento ao nível "não medíocre" de 7% a 8% e "impacto contundente sobre a inflação".

Paulo Lira, que está escrevendo um livro sobre essa proposta, com o título "Desenvolvimento Acelerado e Democracia - Pacto Social e o Novo Contrato Externo", sintetizou a aplicação dessa estratégia em duas frentes: o que chamou de "face externa", com a criação de um fundo em que seria aplicada parte dos juros devidos, e o restante, canalizado para finalidades internas; ligada também a um compromisso de liquidação da dívida, com cinco anos de carência mais 20 de amortização, com capitalização dos juros, ficando vedada a tomada de empréstimos em moeda ou de fornecedores durante cinco anos, mas "mantendo a indicação de que estamos dispostos a voltar ao mercado quando necessário".

Na "face interna", desapareceria, durante o prazo do acordo, a capacidade de as empresas tomarem empréstimos em moeda estrangeira. Em contrapartida a essas condições, seria lançada à discussão nacional uma mudança na lei de remessa de lucros beneficiando as empresas multinacionais. Também seria adotado um pacto social, facilitado pela disponibilidade de recursos para atender às reivindicações dos trabalhadores, inclusive a trimestralidade.